

A Internacionalização do Ensino Superior Da Mobilidade de Pessoas à Internacionalização do Currículo¹

Maria João Barata²

Instituto Superior Miguel Torga - mjbarata@ismt.pt

Sumário

O presente ensaio constituiu a Oração de Sapiência proferida na cerimónia de Abertura Solene do Ano Lectivo 2019/2020 no ISMT a 6 de Novembro de 2019. Nele, a autora reflecte sobre a internacionalização das instituições do ensino superior, dando destaque à passagem de uma ênfase na mobilidade internacional de estudantes, enquanto modalidade por excelência de internacionalização do ensino, para uma ênfase na própria internacionalização dos cursos e das instituições. Para esse efeito, o ensaio percorre conceitos teóricos centrais nesta

questão – internacionalização do ensino superior, internacionalização em casa e internacionalização do currículo –, salientando algumas das dinâmicas institucionais e pedagógicas que lhes estão associadas. Na parte final do ensaio, nota-se a necessidade de equilibrar os requisitos de quantificação e standardização dos indicadores de internacionalização com uma atenção às especificidades das áreas disciplinares, argumentando-se que estas devem ter um papel crucial nas dinâmicas institucionais de internacionalização do currículo.

Palavras-chave: Internacionalização do ensino superior, internacionalização em casa, internacionalização do currículo, mobilidade de estudantes.

The Internationalization of Higher Education From People's Mobility to Curriculum Internationalization

Abstract

This essay was the Lecture at the Solemn Opening Ceremony of the Academic Year 2019/2020 at the Miguel Torga Institute of Higher Education, on the 6th November 2019. In it, the author reflects on the internationalization of higher education institutions, highlighting a shift from an emphasis in the inter-

national mobility of students as the main form of the internationalization of education to an emphasis on the very internationalization of the degrees and institutions. To this purpose, the essay reviews core theoretical concepts about this issue - internationalization of higher education, internationalization at home

1 Texto da Oração de Sapiência proferida na cerimónia de Abertura Solene do Ano Lectivo 2019/2020 no ISMT a 6 de Novembro de 2019. Manteve-se o registo de oralidade presente no escrito.

2 A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

A Internacionalização do Ensino Superior Da Mobilidade de Pessoas à Internacionalização do Currículo

and internationalization of the curriculum - referring some of the institutional and pedagogical dynamics associated with them. At the end of the essay, the author notes the need to balance the requirements of quantification and standardization of the internationalization in-

dicators with an attention to the specificities of the disciplinary areas, and argues that these should play a crucial role in the institutional dynamics of the internationalization of the curriculum.

Keywords: Internationalization of higher education, internationalization at home, internationalization of the curriculum, students' mobility.

Quando me foi feita a sugestão de abordar aqui o tema da internacionalização da universidade³, aproveitei-a de imediato, pois iria ser para mim uma oportunidade para pesquisar e reflectir um pouco mais sobre uma área de trabalho que me tem ocupado bastante, desde há seis anos a esta parte, no âmbito da Coordenação do Gabinete de Relações Internacionais do ISMT. Uma ocupação, contudo, em constante premência de realizar esta ou aquela tarefa, de resolver este e aquele problema, em que pouca disponibilidade resta, portanto, para uma reflexão mais pausada e estratégica. Esta premência é, aliás, reflexo de uma dinâmica mais geral, que largamente ultrapassa esta instituição, de intensa e acelerada internacionalização do ensino superior. No espaço de poucos anos, e em virtude de dinâmicas tanto das próprias instituições como, de modo mais abrangente, de políticas de ensino superior e ciência, aos níveis nacional, europeu e internacional mais alargado, temo-nos visto – professores, investigadores, coordenadores de cursos e de gabinetes vários – progressivamente imersos em questões de internacionalização, por vezes mesmo lutando para nelas não ‘perecer’. Apenas alguns exemplos:

- A imensa pressão para publicar em revistas científicas internacionais (“*publicar ou perecer*” tornou-se já uma espécie mantra para qualquer académico);
- O acompanhamento de estudantes Erasmus, provenientes dos mais variados países, europeus e não só, nos vários aspectos do ensino – aulas, bibliografia, trabalhos, testes... – com a necessidade de recorrer às línguas inglesa ou castelhana para fazer esse acompanhamento;

3 Quero deixar aqui expressa a minha gratidão ao Sr. Professor Doutor Carlos Amaral Dias, que infelizmente já não se encontra entre nós, pelo convite que me dirigiu para proferir a Oração de Sapiência de que se publica aqui o texto integral, bem como a sugestão temática que desde logo fez.

- O crescimento, nas nossas turmas, do número de estudantes lusófonos não portugueses como alunos que se matriculam para fazer todo o seu curso, que trazem formações de base, motivações e traços culturais diversificados;
- O dar cumprimento aos indicadores de internacionalização na elaboração dos currículos, dos programas das unidades curriculares, no desempenho docente, na produção científica, na transferência de conhecimento e inovação, enfim...

A intensidade e aceleração de tais desenvolvimentos é deveras impressionante. Com frequência, é apenas de forma *ad hoc* e dispersa que vamos conseguindo dar resposta às várias solicitações e desafios, ficando pouca disponibilidade para entender e acolher devidamente o seu sentido e propósito estratégico.

Vou então aproveitar esta oportunidade para sistematizar alguns conceitos e ideias sobre processos de internacionalização do ensino superior, salientando a passagem geral de um enfoque na mobilidade de pessoas para um de internacionalização dos currículos.

*

A mais consensual e citada das definições de internacionalização do ensino superior é a de Jane Knight, que a define como “o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, funções e prestação de ensino pós-secundário” (2003, p. 2, tradução livre minha).

Esta é uma definição de 2003 – já com muitos anos, portanto. Existem algumas definições mais recentes, que, contudo, são essencialmente variações desta definição inaugural. No meu entender, não acrescentam valor heurístico ao conceito. O que acrescentam é sobretudo de carácter normativo e valorativo. Mas, desse modo, são reveladoras de aspectos críticos que mais recentemente a internacionalização tem assumido.

É, por exemplo, o caso da definição proposta num estudo promovido pelo Parlamento Europeu, em 2015, assumida como uma revisão da definição de Jane Knight, e que é reveladora de alguns desses desenvolvimentos, mesmo que apenas de modo negativo, ao tentar contrariá-los. Nesse estudo, a internacionalização do ensino superior é definida como:

A Internacionalização do Ensino Superior Da Mobilidade de Pessoas à Internacionalização do Currículo

“o processo **intencional** de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, funções e prestação de ensino pós-secundário, **a fim de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os alunos e staff, bem como dar um contributo significativo para sociedade**” (European Parliament, 2015, p. 29, ênfase do autor, tradução livre minha)

As expressões a negrito são as que foram acrescentadas à definição original de Jane Knight. E elas salientam algumas questões decisivas.

Em primeiro lugar, salientam a tendência para a profissionalização do processo de internacionalização das instituições de ensino superior, com a constituição de gabinetes que se especializam em tratar dos aspectos mais institucionais e burocráticos da internacionalização, ao mesmo tempo que o próprio processo assume progressivamente orientações mais estratégicas, a vários níveis.

Desde logo, as orientações estratégicas assumidas pelas próprias instituições ao nível dos seus órgãos de direcção. Depois, e no nosso contexto – Portugal –, é também crucial uma orientação europeia, que se faz sentir sobretudo a partir de 1987, ano da criação do Programa Erasmus, o qual surge com o objectivo de promover a mobilidade de estudantes universitários no interior da – então – comunidade económica europeia. Esta estratégia é depois reforçada com o chamado Processo de Bolonha, a partir de 1999, destinado a promover a harmonização dos sistemas europeus de ensino superior para, justamente, os flexibilizar e tornar mais abertos à internacionalização. Este processo tem visado a coesão da Europa, através da promoção de uma identidade europeia, mas também a competitividade do seu ensino superior. E vale a pena notar que a Europa é, hoje, modelo de internacionalização para o resto do mundo, sendo a região com mais mobilidade de estudantes e a mais atractiva para as actividades de internacionalização das instituições universitárias de outras partes do mundo.

Finalmente, mas não menos importante, é também uma orientação nacional, a qual converge com a orientação europeia, mas que, ao mesmo tempo, explora outras dimensões, nomeadamente no âmbito do espaço da lusofonia. Só este tópico poderia ser toda uma palestra, mas, aqui, refira-se apenas, a título ilustrativo, a legislação sobre o Estatuto do Estudante Internacional, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 com as orientações gerais para a política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia, e a iniciativa *Study & Research in Portugal*.

Um aspecto interessante desta política, consagrado na referida Resolução, é o envolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros neste âmbito – por um lado, em

actividades de divulgação do ensino superior português no estrangeiro, por outro, para agilizar os processos de candidatura e ingresso dos estudantes, em particular quanto à questão dos vistos. Contudo, estas articulações entre diferentes instâncias governativas e serviços, por vezes, revelam-se complexas e sujeitas a pressões políticas e burocráticas diversas, e até contraditórias – muito caminho a fazer-se ainda aqui, portanto.

Voltando à análise da definição, e em segundo lugar, cabe constatar que a ênfase na mobilidade de pessoas (sobretudo dos estudantes), como sendo a principal forma de realizar a internacionalização do ensino, tem um certo efeito elitista. De facto, os estudos mostram que, no caso dos estudantes, a mobilidade internacional se correlaciona com o estatuto socio-económico – isto é, são sobretudo os e as estudantes que já têm vantagens sociais quem, por exemplo, mais participa no Programa Erasmus (Brandenburg et al., 2016: 117). A partir daqui, e tendo em conta a melhoria das condições de empregabilidade que os estudos também demonstram estar associados à mobilidade, sobretudo por causa procura crescente, da parte do mercado de trabalho, de competências internacionais e interculturais (Teichler, 2017, p. 208), percebe-se que a opção por uma internacionalização centrada na mobilidade de estudantes pode contribuir para o reforço das desigualdades sociais. É também isto que aquela definição pretende contrariar, e note-se que o Programa Erasmus tem implementado várias medidas para esse efeito.

Em terceiro lugar, a constatação de que a internacionalização tem vindo crescentemente a acentuar uma vertente mais economicista no ensino superior, em detrimento de lógicas mais tradicionais no mundo académico, ligadas à universalidade e comunidade do conhecimento científico. É aqui exemplo, entre outros, o que acontece com as mobilidades para a obtenção de grau, ou seja, os casos em que os estudantes se deslocam ao estrangeiro para fazer todo o seu curso. Estes estudantes pagam propinas e, nalguns contextos, até propinas superiores às dos estudantes nacionais do país, como é o caso nas instituições de ensino superior públicas em Portugal. A competição por estes estudantes internacionais assume então um carácter empresarial, pois é cada vez mais assumida como uma fonte de financiamento das instituições. Esta motivação começa mesmo a superar outras, que durante muito tempo estiveram subjacentes ao acolhimento de estudantes estrangeiros: a cooperação, a ajuda ao desenvolvimento, a promoção da paz, a promoção de identidades regionais e transnacionais. Então, o que poderia parecer uma redundância ainda não há muito tempo, tem hoje que ser afirmado explicitamente: que a internacionalização deve ser pensada também como contributo para a sociedade.

É, pois, no contexto destas várias evoluções que devemos entender o aparecimento e aprofundamento das ideias de ‘internacionalização em casa’ e ‘internacionalização do currículo’, hoje decisivas.

*

É na Europa, ainda no final do século passado, que um movimento de académicos e profissionais da internacionalização começa a argumentar por uma “internacionalização em casa” (*internationalization at home*), justamente como reacção a uma ênfase, considerada excessiva, na mobilidade de estudantes como a forma, por excelência, de aquisição de competências internacionais e interculturais durante o curso, devida sobretudo ao Programa Erasmus. Nessa altura, a meta do programa era a de que pelo menos 10% dos estudantes de ensino superior na Europa fizessem uma mobilidade noutro país; hoje, a meta é de 20%. O que os proponentes da internacionalização em casa advogavam, e advogam, era, e é, que também os restantes 90%, ou hoje 80%, dos estudantes – os que não fazem mobilidade – tenham também direito a uma componente de internacionalização na sua formação académica.

Tratava-se e trata-se de dar a todos uma oportunidade de aquisição de competências que têm estado a ser adquiridas essencialmente por uma minoria de estudantes, tendencialmente oriundos de classes sociais já favorecidas. Para além disso, e até independentemente do nível socio-económico, estes estudantes, mesmo antes da mobilidade, já revelam, por comparação com os restantes, mais competências de comunicação intercultural e mais motivação para experiências de internacionalização (Brandenburg et al., 2016: 117). Os estudos (Brandenburg et al., 2016, p. 119; Teichler, 2017, p. 179; Wit & Hunter, 2015, p. 46) revelam ainda que os estudantes que realizaram mobilidade Erasmus têm menos probabilidade de entrarem numa situação de desemprego de longa duração, mais probabilidade de terem uma atitude empreendedora, de chegarem a posições de administração e de prosseguirem uma carreira internacional. Revelam também que as competências de interculturalidade e internacionalidade adquiridas são genericamente valorizadas pelos próprios, pelas IES e pelas entidades empregadoras. Por estas razões, revela-se importante trazer competências de internacionalidade e interculturalidade ao conjunto dos e das estudantes do ensino superior.

A internacionalização em casa foi então definida como: “a integração propositada de dimensões internacionais e interculturais no currículo formal e informal para todos os estudantes, no ambiente de aprendizagem doméstico” (Beleen e Jones, 2015, p.

69, tradução livre minha). Para além de se destinar a todos os estudantes, este conceito tem ainda o interesse de incluir aspectos mais informais da experiência académica, nomeadamente o contacto com os serviços administrativos, gabinetes de apoio em variadas áreas, oportunidades de actividades culturais, desportivas, etc., que podem também assumir dimensões internacionais e/ou interculturais.

Contudo, um entendimento abrangente de internacionalização também não pode descartar nem minorizar a questão da mobilidade. Assim, o conceito de internacionalização do currículo – hoje predominante – abarca a ideia de internacionalização em casa e, ainda, a mobilidade internacional de estudantes. Betty Leask, a autora de referência para este conceito, define-o como

“o processo de incorporar dimensões internacionais, interculturais e globais no conteúdo do currículo, bem como nos resultados da aprendizagem, nas tarefas de avaliação, nos métodos de ensino e nos serviços de apoio de um programa de estudos” (Leask, 2009 cit. Leask, 2016, p. 50, tradução livre minha).

Vejamos algumas actividades que concorrem para a internacionalização do currículo.

Ainda e sempre, a mobilidade internacional de estudantes para estudos e estágios. Neste ponto, destaca-se a mobilidade para a obtenção de créditos, de que é, aqui na Europa, paradigmático o caso do Programa Erasmus. Esta é tendencialmente uma mobilidade de curta duração, e que costuma ser caracterizada como uma mobilidade de tipo horizontal, quer dizer, o que se procura não é melhor ensino, mas uma diversidade de experiências, nos planos científico, pedagógico, mas também socio-cultural – aquilo a que Ulrich Teichler chama “aprendizagem por contraste” (2017, p. 192, tradução livre minha).

Nesta linha, começam mesmo a surgir cursos em que a mobilidade é uma componente do currículo, seja nos chamados ‘graus conjuntos’ (*Joint Degrees*, que são cursos conferentes de grau – normalmente mestrado – que decorrem em duas ou mais instituições de países diferentes, e que requerem a mobilidade dos e das estudantes entre essas instituições), seja sob a forma das chamadas ‘janelas de mobilidade’ (*Mobility Windows*, em que os planos curriculares de um curso conferente de grau prevêm um período de mobilidade de curta duração noutro país, para a obtenção de créditos – normalmente 1 semestre / 30 ECTS).

Quanto ao programa Erasmus, tem vindo a reforçar os mecanismos de apoio à mobilidade para estudantes oriundos de meios sociais em desvantagem e estudantes

com necessidades especiais, ao mesmo tempo que dá directivas às instituições para incentivarem e apoiarem especialmente as mobilidades destes e destas estudantes.

Mas a relevância da internacionalização do currículo, hoje, é também a de reforçar a sua atractividade para os estudantes internacionais em mobilidade para obtenção de grau, ou seja, estudantes que procuram as instituições de outros países fazer integralmente a sua licenciatura, mestrado ou doutoramento, pagando as propinas nas instituições para onde se deslocam (pelo contrário, note-se que a maioria dos programas de mobilidade para obtenção de créditos isenta os estudantes de pagar propinas nas instituições de acolhimento). Esta mobilidade para obtenção de grau é, portanto, uma mobilidade de mais longa duração (há mesmo autores que consideram não se tratar de mobilidade), e que se pode considerar vertical, no sentido em que visa a aquisição de conhecimentos e competências a que se dá mais valor do que aos que se adquiririam ficando a estudar em instituições de ensino superior no país de proveniência (Teichler, 2017, p. 192).

Outra forma de internacionalizar o currículo pode ser a oferta de algumas unidades curriculares, ou, mesmo, de cursos inteiros conferentes de grau, em língua inglesa. Esta é hoje uma forte tendência no mundo inteiro, incluindo no nosso país. Visa, tanto a captação de estudantes internacionais, como o desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes locais.

Esta estratégia, contudo, tem sido alvo de aceso debate, em que muitos autores chamam a atenção de que, mudar simplesmente a língua em que os cursos são ministrados – sem que isso seja acompanhado por outro tipo de transformações nos conteúdos programáticos, métodos de avaliação, definição dos resultados de aprendizagem e das competências a adquirir –, não constitui, por si só, a internacionalização desses cursos (cf., entre outros, Wit, 2013, p. 29).

Por outro lado, outras línguas que não o inglês – nomeadamente, o francês, o alemão, o castelhano e, é claro, o português – são cada vez mais mobilizadas como factor de atracção de estudantes internacionais em países – como é o caso do nosso – que procuram constituir-se como “eixos [*hubs*] regionais de ensino superior e inovação” (Rumbley et al, 2012, p. 4, tradução livre minha). No caso de Portugal, a língua portuguesa, associada à nossa integração europeia, é decisiva na atracção de estudantes dos países da CPLP, mas também de estudantes proveniente de países em que o português não é língua oficial, mas que procuram essa competência linguística para trabalhar e investir no mundo lusófono, um mercado já a ultrapassar os 250 milhões de falantes. É, por exemplo, o caso de muitos estudantes chineses já aqui, na nossa cidade [Coimbra].

Em terceiro lugar, refiram-se formas internacionais de ensino e aprendizagem com recurso às tecnologias da informação e comunicação – é notadamente o caso dos conceitos de ‘mobilidade virtual’, ‘aprendizagem digital’ e ‘aprendizagem internacional colaborativa online’ (Wit e Hunter, 2015, p. 41).

Finalmente, há variadíssimos instrumentos pedagógicos, e aqui não consigo sequer ser exaustiva: bibliografia internacional comparada; estudos de caso internacionais; conferências e aulas abertas proferidas por profissionais de empresas internacionais, por representantes de grupos nacionais e étnico-culturais locais, ou por académicos de IES estrangeiras, por exemplo, em mobilidade académica; estágios curriculares em contextos de trabalho com populações migrantes, refugiadas, expatriadas ou de minorias étnico-culturais; também uma atenção especial à própria diversidade de nacionalidades, etnias e culturas que cada vez mais encontramos nas nossas turmas, seja por via da captação de estudantes internacionais, seja como reflexo da crescente diversidade das nossas sociedades, seja ainda em resultado do crescente ingresso no ensino superior de indivíduos de grupos étnico-culturais e socio-económicos que durante muito tempo dele estiveram mais arredados – há aqui um enorme potencial para enriquecer o trabalho pedagógico com dimensões de interculturalidade –; entre outros possíveis.

*

Note-se que muitos desses instrumentos são já adoptados por docentes e coordenadores por sua iniciativa própria, independentemente de políticas de internacionalização de cariz mais centralizado e formal.

A questão decisiva, contudo, é a de que, definir o que deve ser a forma de internacionalização no ensino superior depende dos contextos local, nacional, regional e internacional, mas, também, e talvez sobretudo, da área disciplinar.

Este ponto é especialmente crítico, porque entra em tensão com a necessidade de alguma standardização dos indicadores quantitativos de internacionalização das instituições, dos docentes, dos cursos e das unidades curriculares, para efeitos de processos de avaliação, interna e externa.

O ponto é saber como construir indicadores de internacionalização passíveis de proporcionar avaliação e comparação, ao mesmo tempo respeitando a diversidade disciplinar, institucional e cultural, bem como a autonomia e o potencial crítico, que devem estar presentes no ensino superior.

A Internacionalização do Ensino Superior Da Mobilidade de Pessoas à Internacionalização do Currículo

Este é ainda um processo em curso, envolvendo contributos teóricos, dinâmicas institucionais e orientações políticas diversas.

Melanie Agnew elaborou um estudo muito interessante sobre a internacionalização no contexto das disciplinas, chegando à elaboração do seguinte quadro, sobre o pensamento dos académicos relativamente à internacionalização nas suas áreas disciplinares (Tabela 1).

Tabela 1

A Internacionalização no Contexto das Categorias Disciplinares, segundo Melanie Agnew⁴

Disciplinas	Aplicadas	Puras
		CIÊNCIAS PURAS
	TECNOLOGIAS	<ul style="list-style-type: none"> • A disciplina não tem fronteiras • Linguagem universal • Transcende o contexto cultural • Neutralidade de valores; impessoalidade • Relevância do processo científico (dados) • Currículos standardizados • Inglês como língua global / homogeneização • Inerentemente internacional • Inerentemente interdisciplinar • Altamente interpretativa
'Duras'	<ul style="list-style-type: none"> • Competitiva; intencional; funcional • Imperativo económico • Orientada para a tecnologia e o produto • Regulações internacionais • Corpo docente internacional / pouca transferência tecnológica • Relevância da capacidade linguística 	
	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da prática reflexiva • Relevância da cultura local • Desafiar crenças, valores, assumpções • Valorização da experiência humana • Aplicação da aprendizagem • Múltiplos modos de conhecer 	HUMANIDADES
'Moles'		<ul style="list-style-type: none"> • Empatia • Valorização da experiência humana • Relevância da cultura local • Imperativo moral

Fonte: Adaptado de Agnew (2012, pp. 187 e 190).

4 Tabela elaborada a partir de uma análise temática indutiva de material produzido em *focus groups* disciplinares, em que participaram 37 académicos de três universidades norte-americanas, solicitados a apresentar o seu pensamento sobre internacionalização do ensino no contexto das respectivas disciplinas.

Não havendo aqui espaço para comentar cada um destes tópicos, importa notar a existência de diferenças importantes entre os contextos disciplinares, diferenças que necessariamente implicam instrumentos de internacionalização diversificados.

Em suma, coloca-se o desafio de equilibrar os requisitos de standardização, para efeitos de avaliação e comparação – o que, aliás, desde logo, é institucionalmente induzido a partir das instâncias de acreditação do ensino – com a necessária atenção às especificidades temáticas, epistemológicas, pedagógicas e culturais das diversas áreas disciplinares, para as salvaguardar.

A questão de quais são as competências internacionais e interculturais que promovem a empregabilidade dos diplomados do ensino superior tem, portanto, também, que ser equacionada diferenciadamente na óptica das áreas disciplinares dos cursos. Aliás, a linha de argumentação mais recente nesta matéria é justamente a de que as formas de internacionalização devem ser definidas posteriormente e em resultado da prévia definição dos resultados da aprendizagem a atingir.

Isto significa que as áreas disciplinares e científicas, nomeadamente através do seu corpo docente e de investigação, não podem deixar de ser actores estruturantes da internacionalização, e não só na sua implementação, mas também, e logo à partida, na sua concepção. Nomeadamente, é insubstituível o seu papel na discussão e identificação dos resultados de aprendizagem e das competências de cariz internacional, intercultural e global que os e as estudantes deverão adquirir no decurso da sua formação, tendo em vista a sua inserção profissional e cívica no mundo global (Leask, 2016), mundo global este que não começa para lá da fronteira, começa já aqui, no ponto que cada um de nós está.

A internacionalização deve, então, ser feita no currículo a todos os níveis, com impacto em todas as unidades curriculares, e não apenas, por exemplo, nas unidades curriculares optativas – como é por vezes feito, e uma vez mais contribuindo para um enviesamento que faz com que mais beneficiem da internacionalização os e as estudantes que já à partida têm essa predisposição.

Finalmente, esta atenção às disciplinas pode também fazer algum contrapeso às motivações essencialmente económicas que orientam muitas das políticas nacionais e institucionais de internacionalização do ensino superior, já que as disciplinas trazem sobretudo motivações de ordem científica, cultural e cívica, e sob o signo da diversidade. O seu contributo é, pois, essencial para contrariar processos de uniformização e hegemonização que, a prazo, podem vir a revelar-se empobrecedores do ensino superior no seu conjunto (cf. Lima e Maranhão, 2011).

Em suma, é necessário consciencializar e discutir as questões de internacionalização a todos os níveis da academia, para sobre elas se adoptarem estratégias que sejam pertinentes e relevantes, que sejam claras e compreensíveis para todos os envolvidos, e, também, que sejam exequíveis com os recursos disponíveis. Parafraseando Laura Rumbley e colegas, é necessário passar de uma política de *mais* internacionalização, para uma de *melhor* internacionalização (2012, p. 17).

Muito obrigada pela vossa atenção!

REFERÊNCIAS

- Agnew, M. (2012). Strategic planning - An examination of the role of disciplines in sustaining internationalization of the university. *Journal of Studies in International Education* 17 (2), 183-202.
- Beelen, J., & Jones, E. (2015). Redefining internationalization at home. In A. Curaj, L. Matei, R. Pricopie, J. Salmi, & P. Scott (Eds.), *The European Higher Education Area. Between Critical Reflections and Future Policies* (pp. 59-72). Cham, Heidelberg, New York, Dordrecht, & London: Springer.
- Brandenburg, U., Taboadela, O., & Vancea, M. (2016). Mobility matters: The Erasmus impact study. In E. Jones, R. Coelen, J. Beelen, & H. de Wit (Eds.), *Global and Local Internationalization* (pp. 117-120). Rotterdam: Sense Publishers.
- European Parliament (2015). *Internationalization of Higher Education – Study*. European Union – The European Parliament Committee on Culture and Education.
- Knight, J. (2003). Updating the definition of internationalization. *International Higher Education*, 33, 2-3.
- Leask, B. (2016). Internationalizing curriculum and learning for all students. In E. Jones, R. Coelen, J. Beelen, & H. de Wit (Eds.), *Global and local internationalization* (pp. 49-53). Rotterdam: Sense Publishers.
- Lima, M. C., & Maranhão, M. S. A. M. (2011). Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 19 (72), 575-598.

- Rumbley, L., Altbach, P. G., & Reisberg, L. (2012). Internationalization within the higher education context. In D. K. Deardorff, H. de Wit, J. D. Heyl, & T. Adams (Eds.), *The Sage Handbook of International Higher Education* (pp. 3-26). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Teichler, U. (2017). Internationalisation trends in higher education and the changing role of international student mobility. *Journal of International Mobility*, 5, 177-216.
- Wit, H. (2013). Internationalisation of higher education, an introduction on the why, how and what. In Hans de Wit (Ed.), *An introduction to higher education internationalisation* (pp. 13-46). Milan (Italy): Centre for Higher Education Internationalisation (CHEI), Università Cattolica del Sacro Cuore.
- Wit, H. & Hunter, F. (2015). Understanding internationalisation of higher education in the European context. In European Parliament, *Internationalization of Higher Education – Study* (pp. 41-58). European Union – The European Parliament Committee on Culture and Education.